

DELIBERAÇÃO CECA/CLF Nº 5.280 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2011

RECONHECE A DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE EIA/RIMA E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA.

A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Câmara de Licenciamento e Fiscalização, em reunião de 01/02/2011, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 42.159, de 02/12/2009,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/201.060/2004, referente ao requerimento de Licença de Operação da empresa MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE ITAGUAÍ LTDA. para a atividade de extração e beneficiamento de granito/gnaiss para produção de brita, localizada na Estrada Albertina Alves Gomes s/n, Estrada Suplementar Rua 3, Município de Rio Bonito,

- o Parecer Técnico de Licença de Operação nº 16/2010, da GELANI/INEA,

- o Ofício nº 753/2010 – CR8/ICMBIO/RJ, de 02/12/2010, favorável ao licenciamento ambiental,

- o parágrafo 7º do art. 1º da Lei Estadual nº 1.356/88, que admite que a CECA, no caso de atividades minerárias, em se tratando de mineral da Classe II, em função de sua natureza, porte, localização e peculiaridades, poderá substituir a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA pela elaboração e apresentação de Plano de Controle Ambiental – PCA, que conterá os projetos executivos de minimização dos impactos ambientais avaliados na fase da Licença Prévia – LP acompanhado dos demais documentos necessários, segundo diretrizes a serem estabelecidas em cada caso particular,

- o parágrafo 5º do art. 1º da Lei Estadual nº 1.356/88, que admite que a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, com base em Parecer Técnico da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, atual INEA, que conclua pela ausência de potencial e significativo dano ambiental, dispense as instalações e/ou atividades constantes nos incisos do caput do artigo, da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, desde que a licença preveja as medidas necessárias à preservação e proteção do meio ambiente,

DELIBERA:

Art. 1º – Reconhecer a desnecessidade da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para a empresa MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE ITAGUAÍ LTDA. para a atividade de extração e beneficiamento de granito/gnaiss para produção de brita, localizada na Estrada Albertina Alves Gomes s/n, Estrada Suplementar Rua 3, Município de Rio Bonito, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental – PCA.

Art. 2º – Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2011

ANTÔNIO CARLOS FREITAS DE GUSMÃO
Presidente